



Número do Processo: 246/19.

Comissão Conjunta.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. CONCESSÃO DE  
OUTORGA DE TÍTULO DE CIDADANIA ANAPOLINA.  
OBSERVAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.  
OBSERVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA.  
CONSTITUCIONALIDADE.

## 1 – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador Fernando Paiva que concede a outorga de Título de Cidadania Anapolina ao Senhor Bion Melquisedek Barcelo.

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO

A concessão de Cidadania é prática corrente nos Municípios, justamente com o intuito de prestigiar pessoas e entidades que, por sua atividade, tenham contribuído de algum modo para o desenvolvimento local ou para o bem-estar coletivo.

Não restam dúvidas, portanto, de que se trata de matéria de interesse local, inserindo-se na esfera de competência típica legislativa deste ente (art. 30, I, da Constituição Federal de 1988). Passemos, então, à análise do que preceitua o ordenamento jurídico de Anápolis.

A Lei Orgânica de Anápolis estabelece, em seu artigo 22, que cabe à Câmara dos Vereadores conceder título de cidadão honorário a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços ao Município, mediante Decreto Legislativo, aprovado pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.

Por sua vez, o Regimento Interno desta Casa de Leis dispõe, na alínea "a" do parágrafo 1º do artigo 102, que constitui assunto de propositura de Decreto Legislativo a concessão de Título de Cidadão Honorário de Anápolis ou qualquer outra homenagem ou honraria.

Além disso, o nobre Edil ainda não apresentou proposta de concessão de Título Honorífico de Cidadania nesta Sessão Legislativa. Sendo assim, foi observado o § 2º do art.



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

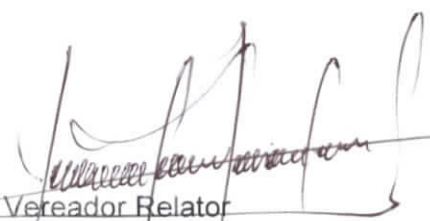
95 do Regimento Interno, que preceitua que cada Vereador somente poderá apresentar, em cada ano, 2 (duas) proposições dessa espécie.

### 3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno desta Câmara dos Vereadores, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação da proposição de Decreto Legislativo aqui discutida.


É o parecer.

Anápolis, 12 de dezembro de 2019.

  
Vereador Relator

Jean Carlos Ribeiro  
VEREADOR - PTB


  
Elias Rodrigues Ferreira  
Vereador - PSDB

  
Wederson C. da Silva Lopes  
Vereador - PSC

  
Lélío A. Alvarenga  
Vereador

  
João Batista Feitosa  
(João Feitosa)  
Vereador - PTB

  
Pedro A. Manano de Oliveira  
Vereador - PRP

  
Thaís Gomes de Souza  
Vereadora - PSL